



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social**

## **DESIGUALDADE SOCIAL E IMPACTOS PARA AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO PARAIBANA: DISPARIDADES RACIAIS E DE GÊNERO NO PERÍODO 2019-2022**

**ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA<sup>1</sup>**

**MARIA CLARA EZEQUIEL MARINHO<sup>2</sup>**

**MARIA EDILANE ALVES BARBOSA<sup>3</sup>**

**JAMILE BORGES NUNES FELINTO<sup>4</sup>**

**MARIA GERLANE DA SILVA ANDRADE<sup>5</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo discute as desigualdades sociais e as suas expressões no estado da Paraíba. Para tanto, foi realizada análise de indicadores sociais, associada à revisão de literatura. Foi utilizado o método do materialismo histórico-dialético. Os dados apontam intensa desigualdade social e precarização da vida na realidade paraibana, com ênfase também na desigualdade racial e de gênero.

**Palavras-chave:** Desigualdade; Indicadores sociais; Precarização.

**ABSTRACT:** This article discusses social inequalities and their expressions in the state of Paraíba. To this end, an analysis of social indicators was carried out, associated with the literature review. The method of historical-dialectical materialism was used. The data points to intense social inequality and the precariousness of life in the reality of Paraíba, with an emphasis also on racial and gender inequality.

**Keywords:** Inequality; Social indicators; Precariousness.

## **1 INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Paraíba

<sup>3</sup> Universidade Estadual da Paraíba

<sup>4</sup> Universidade Estadual da Paraíba

<sup>5</sup> Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A desigualdade social é um fenômeno característico na história da humanidade, existente nas diversas sociedades de classes, contudo, com o advento do capitalismo este fenômeno apresenta uma expressiva particularidade. No modo de produção capitalista, a escassez de recursos é substituída pela acumulação significativa de bens por parte capital, o qual possui como objetivo a concentração e a não distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora.

Na particularidade brasileira, a desigualdade social possui uma associação direta com a desigualdade regional, principalmente, em relação à pobreza dos estados que compõem a região Nordeste. Diante disso, o presente artigo possui como finalidade discutir, com base nos indicadores sociais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as desigualdades sociais e as suas expressões no estado da Paraíba. A pesquisa situa-se no campo teórico metodológico marxista, com análise bibliográfica e documental apoiada no materialismo histórico-dialético.

Desta forma, o artigo dispõe de três tópicos. Inicialmente, discutimos a desigualdade social e os seus impactos nas condições de vida da população paraibana, ressaltando, as disparidades dos indicadores sociais quando comparados à realidade nacional. Em seguida, são realizadas discussões sobre as questões raciais e de gênero. Com esta pesquisa, buscamos produzir elementos de análise que contribuam para o entendimento da particularidade da Paraíba, enquanto um estado da região Nordeste, no contexto do agravamento da histórica desigualdade social brasileira, e das suas expressões na perspectiva racial e de gênero.

## **2 DESIGUALDADE SOCIAL E OS SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO PARAIBANA**

O capitalismo, como um sistema econômico e predominante em grande parte do mundo desde o momento de sua ascensão, tem, indiscutivelmente, gerado riqueza que conduz a humanidade a níveis de desenvolvimento sem precedentes, ao mesmo tempo que também produz (e se alimenta) da pobreza e da desigualdade. Ademais, esses problemas não são meras abstrações, são, além de tudo, expressões concretas da questão social que traduzem essas disparidades. Corroborante a isso, Netto (2007) aponta:

Nas sociedades em que vivemos - vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista -, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestável dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas (Netto, 2007, p.142).

Portanto, a desigualdade social é, sem dúvidas, uma problemática marcante e intensamente desafiadora para a sociedade como um todo, sendo capaz de influenciar de forma significativa o desenvolvimento de um país ou de uma região, com grupos de diferentes posições econômicas e sociais. A pobreza está intrinsecamente relacionada às desigualdades sociais, que recebem influências de condições históricas e estruturais, que tendem a se perpetuar na sociedade. Consoante a isso, a noção que se tem de pobreza vai além da carência das necessidades básicas de qualquer pessoa (Godinho, 2011).

O Brasil, sem dúvidas, é um país marcado por intensas desigualdades, que vem desde o início de sua existência e colonização. É assim que tem se delineado sua história, atravessada por desafios, como a pobreza e extrema pobreza, e outros fatores que estão enraizados na sociedade. No entanto, no interior do país, observamos outro fenômeno importante para a presente análise: as desigualdades regionais. O desenvolvimento do capitalismo se expandiu de forma dinâmica e desigual entre as regiões brasileiras. Carvalho (2019) apresenta uma análise acerca da questão do desenvolvimento e da concentração econômica, ressaltando um breve panorama sobre a questão regional. Segundo a autora:

[...] é evidente, nos anos recentes, a persistência de atraso social do Nordeste, seja pelas más condições de renda do trabalho, pelo alto nível de informalidade, atrasos produtivos, educacionais, entre outros. Existem vários condicionantes dessas relações, reflexo do seu processo histórico de formação, ou seja, parte desse processo teve grande influência dos ciclos de exportação de produtos primários que dominaram o crescimento econômico no período colonial e que podem explicar a diferenciação regional através do movimento de concentração espacial da produção nacional (Carvalho, 2019, p. 29).

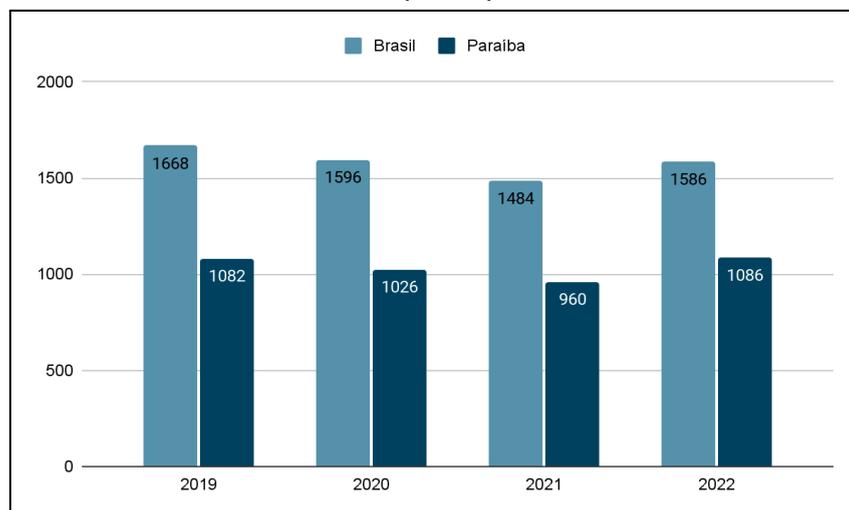
Ademais, a Paraíba, situada na região Nordeste do Brasil - região historicamente marcada pelo seu subdesenvolvimento e por um alto e persistente nível de pobreza, convivendo com um igualmente elevado grau de concentração de renda - apresenta condições históricas que perpassam por grandes desafios, especialmente no que se refere ao desenvolvimento econômico. A modernização da economia da Paraíba somente teve maior incidência a partir dos anos 60, com um processo de investimento em industrialização nas maiores cidades do estado (Silva, 2014).

A estagnação do desenvolvimento na Paraíba, durante o decorrer dos anos, promoveu um grande atraso econômico que reflete-se não somente na infraestrutura paraibana, mas também reflete diretamente nos indicadores sociais que denotam o modo e a qualidade de vida dos

cidadãos paraibanos, com ênfase na concentração de renda e no nível de desigualdade social. Diante do exposto, apresentaremos a seguir indicadores relevantes para analisarmos a desigualdade social presente no estado da Paraíba, salientando aspectos que também denotam a desigualdade dessa região quando comparada à realidade nacional.

Considerando que a desigualdade social exprime influências relevantes no rendimento da população paraibana, o gráfico abaixo apresenta o rendimento médio domiciliar *per capita* no Brasil e na Paraíba entre os anos de 2019 e 2022.

**Gráfico 01:** Rendimento médio domiciliar *per capita* no Brasil e na Paraíba (2019- 2022)



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Os dados levantados na presente pesquisa apontam que em 2019, 2020 e 2021, o valor do rendimento médio domiciliar *per capita* na Paraíba era, aproximadamente, 35% menor do que no Brasil. Portanto, é indiscutível que o Brasil é marcado por disparidades regionais significativas, onde regiões como o Nordeste, incluindo a Paraíba, enfrentam desafios estruturais mais profundos em comparação com outras partes do país.

A desigualdade regional é uma expressão da questão social bastante expressiva no Brasil, no entanto, além das disparidades sociais e/ou econômicas, está relacionado também ao desenvolvimento entre diferentes regiões de um mesmo país. Assim também, sabe-se que as regiões Norte e Nordeste, são as mais afetadas com essa disparidade, índices facilmente identificados a partir de análises do IBGE.

Como uma gênese histórica de desigualdades, as autoras Brandão e Moraes (2009) apontam que no século XX, especialmente a partir de 1950, o Nordeste era caracterizado como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma região problemática, causadora de muitos males e atrasos para o restante do país. No entanto, as autoras trazem ainda como o Nordeste foi extremamente importante para o desenvolvimento do país:

Por outro lado, é sabido que o Nordeste foi a primeira região do país a desenvolver uma certa atividade econômica, fornecendo os primeiros produtos vegetais extraídos da colônia e eram vendidos na Europa. Além desse aspecto, a exploração da cana-de-açúcar colocou a região como a mais explorada nos primeiros dois séculos da colonização (Brandão, Moraes, 2009, p.3).

Dentre tantas desigualdades, o Estado da Paraíba se destacou muito nesse sentido, especialmente em 2021, quando, segundo o Portal G1(2022), quase 630 mil pessoas, aproximadamente 15% do total de cidadãos, encontravam-se em cenário de extrema pobreza. Além disso, 47,4% de paraibanos, encontram-se abaixo da linha de pobreza, ainda segundo o levantamento, em 2021 a Paraíba era o 7º estado mais desigual do país. Os dados apresentados na tabela abaixo, tendo como referência o salário mínimo, adensam essa análise.

**Tabela 01:** Percentual das pessoas por classe de rendimento domiciliar per capita na Paraíba.

Proporção de pessoas por classe de rendimento domiciliar <i>per capita</i> (%)									
Período	Total (1000 pessoas)	Sem rendimento	Mais de zero até ¼	Mais de ¼ até ½	Mais de ½ até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
2019	3 993	1,0	22,2	23,8	26,8	17,1	4,4	2,6	2,2
2020	4 016	1,4	15,0	29,3	31,9	15,5	2,8	2,4	1,7
2021	4 037	2,4	24,2	26,5	27,5	13,2	2,7	2,1	1,5
2022	4 057	1,3	18,7	30,3	30,2	12,9	3,4	1,8	1,2

Fonte: Elaboração própria (2024).

É possível identificar que o percentual de pessoas sem rendimento na Paraíba tende a aumentar com os anos, mas que esse número cresce ainda mais no ano posterior à deflagração da pandemia, ano de mudanças nos requisitos do antigo auxílio Brasil, atual Bolsa Família, subindo para 2,4%. Salientamos que em todos os outros anos analisados, o quantitativo de pessoas sem rendimento da Paraíba, é inferior à média nacional, mesmo que minimamente, no entanto, no ano de 2021, o percentual na Paraíba chega a ultrapassar essa média.

Ademais, as pessoas inseridas na pobreza e extrema pobreza, aquelas entre zero e meio



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

salário mínimo, representavam no ano de 2019, 46% do total de pessoas analisadas no Estado da Paraíba, um resultado bem maior que a média nacional, que corresponde a 20,85%. Assim, é importante ressaltar que em 2020, aqueles com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, diminuíram, no entanto, aqueles com mais de  $\frac{1}{4}$  até um salário mínimo, cresceram 21%. O aumento pode estar relacionado à instauração da Pandemia da COVID-19 e ao auxílio emergencial, que surgiu abrangendo principalmente esse grupo de pessoas, quando analisado o Brasil, o aumento não chegou a 10%.

Entre tantos aspectos, como já salientado, entendemos que os benefícios de transferência de renda, são grandes contribuintes dessas porcentagens. Nesse sentido, site WSCON (2023) traz dados do IBGE que dizem que no ano de 2022, os lares na Paraíba que eram beneficiados pelo Bolsa Família ou pelo Auxílio Brasil, representavam aproximadamente 35,5%.

Ademais, precisamos evidenciar alguns pontos que confirmam essas colocações. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2022), em agosto de 2022 o Auxílio Brasil chegou a mais de 677 mil famílias no estado da Paraíba. A notícia evidencia, ainda, que, nesse período, no mês de agosto, o número de famílias contempladas foi de 84,58 mil na Capital, seguido de 30,82 mil famílias no município de Campina Grande.

**Tabela 02:** Variação anual do rendimento médio domiciliar per capita no Brasil e na Paraíba.

Período	2019-2020	2020-2021	2021-2022
Brasil	- 4,23%	- 7,02%	6,87%
Paraíba	- 5,18%	- 6,43%	13,13%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme o gráfico 01 e a tabela 01, observamos que o rendimento médio domiciliar per capita no Brasil apresentou uma queda entre os anos de 2019 e 2021, chegando a uma perda acumulada de 11,03%. Essa queda é maior no ano posterior à deflagração da pandemia, onde associamos também a implementação e fim do Auxílio emergencial (programa aprovado pelo Congresso Nacional, que determina providências de proteção social no processo de enfrentamento da pandemia de Covid-19). Desse modo, a lei nº 13.982/2020 dispôs sobre o Auxílio Emergencial, que, no ano de 2020, seria correspondente ao valor de R\$ 600,00 e de R\$1.200 reais para as mulheres chefes de família. Este programa possibilitou a milhões de

brasileiros afetados pela pandemia e que perderam suas fontes de renda, a subsidiar despesas básicas, como alimentação, saúde e moradia (Marins, 2021).

Este programa possibilitou a milhões de brasileiros afetados pela pandemia e que perderam suas fontes de renda, a subsidiar despesas básicas, como alimentação, saúde e moradia. Outrossim, também teve um impacto positivo na economia no geral, visto que contribuiu para manutenção e continuidade de consumo da população.

Consonante aos nossos levantamentos, os dados apontam que no ano de 2021 houve uma significativa alteração nos indicadores socioeconômicos. Ademais, essa alteração deixa evidente que as modificações no acesso ao auxílio emergencial, implementadas no referido ano, deixaram grande parte das famílias brasileiras em uma situação financeira ainda mais precária que o ano anterior. A Paraíba seguiu a mesma tendência e, entre os anos de 2019 e 2021, também registra uma queda percentual de 11,28%, bem próxima ao resultado nacional.

Além disso, é possível observar no gráfico, considerando os anos 2021 e 2022, um aumento no valor do rendimento médio domiciliar per capita no Brasil e na Paraíba, correspondente a 6,87% e 13,13% respectivamente. Assim sendo, consideramos que por trás desse aumento, especialmente na Paraíba, que tem um crescimento de quase o dobro em relação ao resultado nacional, existem alguns aspectos a considerar.

Ademais, é preciso ressaltar o expressivo percentual de pessoas beneficiárias de programas sociais, especialmente o Bolsa família. Esses programas sociais que fornecem auxílios e benefícios, como o Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, têm, conseqüentemente, um impacto direto na redução da pobreza.

Outrossim, a desigualdade social na Paraíba, assim como em algumas outras regiões do Brasil e especialmente do Nordeste, tem múltiplas e complexas problemáticas, que além de estarem intrinsecamente ligadas a questões estruturais, também trazem grande influência das questões de raça e gênero, que por diversas vezes delinham ainda mais dificuldades, e resultam em maiores índices de desigualdade e pobreza em determinados grupos sociais. A análise a seguir apresenta recortes importantes, considerando questões raciais e de gênero pertinentes à temática em tela.

### **3 O RACISMO ESTRUTURAL E SUAS EXPRESSÕES NA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NA PARAÍBA**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Antes de tudo, quando falamos do Brasil e de toda carga de conhecimento ampla existente desde a colonização, pode-se afirmar que as pessoas pretas, antes escravizadas e que agora estão inseridas no mercado de trabalho, carregam uma herança escravista que limita, dentre outros fatores, seu acesso a direitos até a atualidade.

Quando falamos em raça, é necessário entender tal conceito enquanto uma construção social, que, do ponto de vista sociológico, não se limita a algo natural. O sociólogo Nildo Viana afirma que a diferença racial é apenas física e fenotípica, pois no que se refere ao genótipo não há diferença. Desta forma,

Resta apenas a aparência física para distinguir raça, o que é tão sem importância que deveria ser até abandonado tal conceito devido sua relevância, se não fosse o processo histórico e social que transformou uma diferença tão irrelevante em algo muito diferente, devido às relações de dominação e opressão que se constituíram a partir do momento em que usaram tais diferenças para legitimar e justificar tais relações (Viana, 2009).

A noção de repartição entre raças e sua suposta hierarquização, emana da tentativa de retirar a grande diversidade daqueles muitos que foram sequestrados do continente africano, apagando suas particularidades, cultura, identidade e costumes; de modo a reduzi-los apenas a pessoas escravizadas.

Desta forma, essa construção, que deu início a repartição e hierarquização entre raças, foi criada com base em falácias revestidas de um “caráter científico”. Essas falácias afirmavam a existência de diferenças e justificavam a hierarquização com base apenas em características físicas, ou seja, apenas o fato do indivíduo ser negro já o colocava em uma posição de inferioridade. A própria ciência, em determinado momento histórico, apontava que o tamanho do crânio poderia definir o grau de superioridade ou não de um sujeito. Essas perspectivas reforçam preconceitos e estereótipos, ao passo em que também incorrem em um processo de “desumanização” das pessoas negras, que, com base apenas em suas particularidades físicas, destina a tais sujeitos os piores lugares dentro da sociedade, principalmente no trabalho.

Após a abolição da escravatura, o negro se via sem condições concretas de viver livremente, muitos continuaram trabalhando nas mesmas fazendas e da mesma forma exploratória, mas agora denominados “livres”, ou mesclavam trabalhos para se manter. Nesse momento, o estado estaria investindo em imigração para grupos diferentes virem trabalhar no Brasil. Isso ocorre na tentativa de alçar um “embranquecimento” da população brasileira, considerando a concepção de raça que predominava naquele contexto e que delegava aos negros

o lugar de “degenerados” e de “raça inferior”, os quais não deveriam ocupar determinados espaços de trabalho (Lara, Diogo, 2022).

Diante disso, todo esse processo de exclusão fez com que a população negra adentrasse no mercado de trabalho capitalista de forma precária e com pouco acesso à cidadania. Com a anuência e estímulo do Estado, foram delegados para esses a informalidade e a ocupação dos trabalhos considerados “não essenciais”, sendo esses os mais precarizados. Esse contexto, fortemente presente na formação sócio-histórica do Brasil, é determinante para pensar a questão social e a desigualdade no país, trazendo consequências que se estendem até os dias atuais.

Dito isso, é importante ressaltar que a desigualdade racial no Brasil, enquanto uma expressão da questão social, persiste em diversas áreas da vida social, econômica e política em sociedade. A herança escravista, associada à condição de país periférico dependente e aos impactos do neoliberalismo, subjuga, no contexto das desigualdades estruturais do modo de produção capitalista, a população negra às piores condições de vida e de trabalho.

Conforme salientamos anteriormente, o desenvolvimento do capitalismo se expande de forma dinâmica e desigual entre as regiões brasileiras, o que reflete diretamente nos indicadores sociais que abordam o modo e a qualidade de vida dos indivíduos. A desigualdade de raça, por sua vez, também apresenta suas particularidades nas diferentes regiões do país. Sendo assim, o presente artigo seguirá apresentando as expressões desse processo na realidade paraibana, ressaltando, principalmente, as disparidades no rendimento médio, na concentração de renda e no nível de desigualdade social, no contexto do governo de Bolsonaro (2019-2022).

Os dados a seguir demonstram a diferença do percentual de rendimento médio domiciliar per capita com recorte racial, no Brasil e na Paraíba, que reafirmam consequências de um histórico de discriminação racial e segregação que exclui ou limita as oportunidades para determinados grupos.

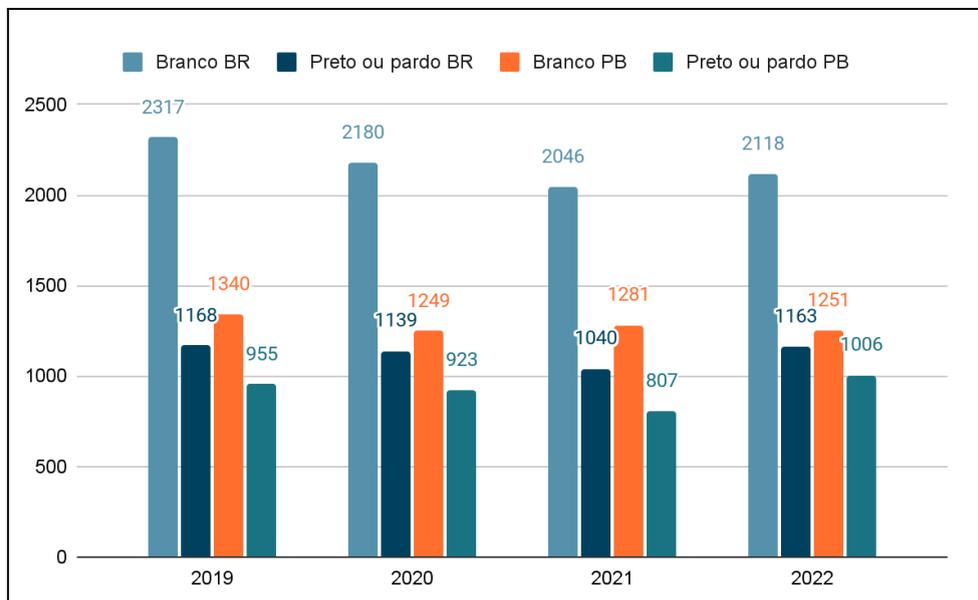
**Gráfico 02:** Rendimento médio domiciliar per capita no Brasil e na Paraíba com recorte de raça (2019-2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaboração própria (2024).

É possível observar que em 2019, no Brasil, o rendimento médio de pessoas brancas foi cerca de 49,59% maior do que o de pessoas pretas ou pardas. Essa diferença significativa revela a persistência da desigualdade racial no país. Nos anos seguintes, a discrepância permaneceu elevada: em 2020, o rendimento médio de pessoas brancas foi 47,17% maior, e em 2021, a diferença aumentou novamente para 49,17%. Embora tenha havido uma pequena redução em 2022, a diferença ainda foi de 45,09%, indicando que, apesar de pequenos avanços, a desigualdade salarial entre pessoas brancas e pretos continuou presente em todos os anos do Governo Jair Bolsonaro.

Na Paraíba, a desigualdade salarial também é evidente, embora com porcentagens menores em comparação ao cenário nacional. Em 2019, o rendimento de pessoas brancas foi 28,73% superior ao de pessoas pretas ou pardas. Em 2020, essa diferença reduziu minimamente para 26,10%. No entanto, em 2021, houve um aumento significativo na disparidade, com pessoas brancas ganhando 37% mais do que pessoas pretas ou pardas. Em 2022, a diferença salarial diminuiu para 19,58%, mas ainda assim, o rendimento médio de pessoas pretas ou pardas permaneceu inferior ao das pessoas brancas.

Esses dados destacam a contínua desigualdade racial durante os anos do governo Bolsonaro (2019-2022). A desigualdade salarial reflete não apenas a discriminação no mercado de trabalho, mas também as barreiras gerais que dificultam o acesso a oportunidades de

educação e qualificação profissional para a população negra. Na Paraíba, apesar dos índices serem menores que a média nacional, a situação ainda é bastante preocupante, visto que a variação nas porcentagens pode estar associada a uma instabilidade nas políticas públicas e econômicas voltadas para a igualdade racial.

A persistência dessas desigualdades aponta para a necessidade urgente de políticas públicas efetivas e integradas que promovam a inclusão social e econômica da população negra, garantindo igualdade de oportunidades e combatendo o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira, já que na tanto na Paraíba como no Brasil, cerca de 70% das pessoas com os 10% menores rendimentos são pessoas pretas ou pardas.

Diante do exposto, fica evidente que a precarização da vida e do trabalho, no contexto das medidas de contenção à crise capitalista e do neoliberalismo, não acomete a todos de forma universal, antes, atinge de maneira mais cruel e severa a população negra, que sofre ainda mais com os baixos rendimentos, com a informalidade, entre outros aspectos. Essa dura realidade, tão latente, justifica a urgente necessidade de formulação de políticas públicas afirmativas, que garantam à população negra uma alimentação digna, uma educação de qualidade, qualificação profissional, moradia, além de acesso ao lazer.

Vale notar que, apesar das políticas públicas não conseguirem sanar a questão da desigualdade racial, visto que essa está interligada a estrutura da sociedade capitalista e compõe a questão social, são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dessa população, bem como para a redução do ódio e preconceito racial, frutos do período escravocrata que se expressam de diversas formas na sociedade contemporânea.

### **3 A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA COM RECORTE DE GÊNERO E SUAS EXPRESSÕES NA PARAÍBA**

A desigualdade de gênero constitui outra face da desigualdade social, que deita raízes na forma como se estrutura a sociedade capitalista. Nesse sentido, ao discutirmos a desigualdade socioeconômica sobre a perspectiva de gênero é importante fazê-lo na perspectiva do materialismo histórico-dialético, que acentua as concepções referentes à divisão social do trabalho entre homens e mulheres no modo de produção capitalista (MPC). Desta forma, analisar o processo de divisão sexual no trabalho é percorrer a historicidade do mundo capitalista, isto porque o MPC é composto por uma clara partição entre os detentores do poder (a burguesia) e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

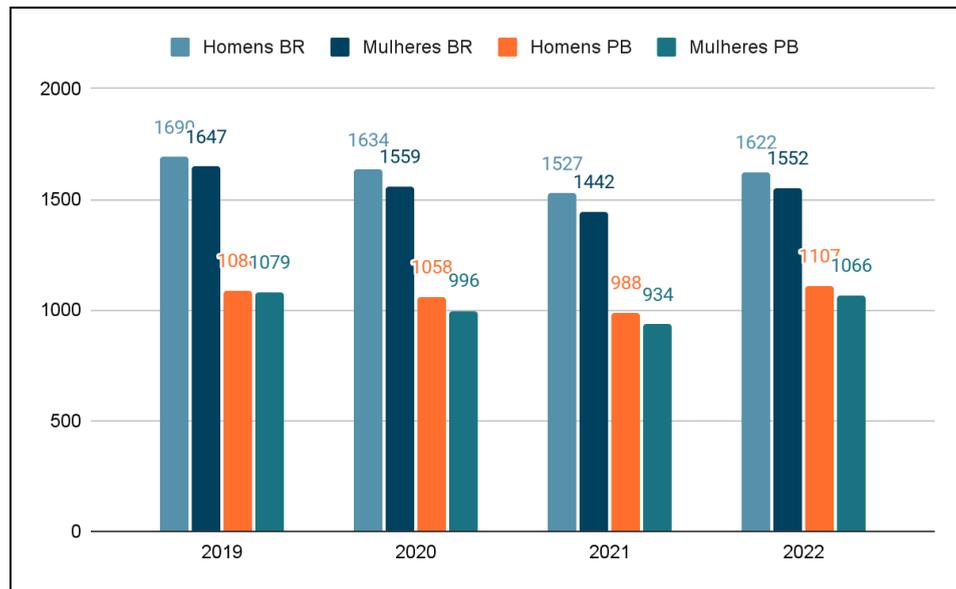
classe que vive do trabalho (o proletariado), no qual o homem e a mulher possuem atribuições definidas para contribuir com a (re)produção do capital. Logo, a hierarquização

[...] a partir da divisão sexual do trabalho e dos princípios do androcentrismo, [...] ordenaram os padrões e valores das relações sociais a partir das diferenças biológicas entre a figura do sexo feminino e a figura do sexo masculino, e tem como característica básica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e a das mulheres à reprodutiva, e simultaneamente, a atribuição das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) a figura masculina (Rodrigues, 2022, p. 29).

Diante disso, considera-se a inserção da mulher branca no mercado de trabalho recente e limitada no contexto histórico do capitalismo (Rodrigues, 2022). No final dos anos de 1980 e começo de 1990, os ideários do neoliberalismo se fortaleceram no mundo do trabalho, com mais ênfase em empregos precários e de baixa qualificação, com remunerações flexíveis e poucos direitos trabalhistas. É nesta conjuntura que ocorre uma maior integração da mulher no mundo do trabalho por meio de atividades trabalhistas instáveis e adaptáveis, nas quais consistem em “[...] possibilidade quase nula de crescimento profissional, além de direitos sociais muitas vezes limitados ou inexistentes” (Rodrigues, 2022, p. 30).

Portanto, interpretar o rendimento domiciliar *per capita* no recorte de gênero é compreender a divisão sexual do trabalho no capitalismo. Oliveira e Lima (2023), em sua pesquisa sobre a pobreza das mulheres nordestinas chefes de famílias, destacam quatro possíveis explicações que interferem no rendimento feminino: a primeira seria uma tendência das mulheres (por causa das demandas de suas funções reprodutivas) optarem por um regime de trabalho temporário ou parcial; a segunda está relacionada a discriminação salarial entre as forças de trabalho feminino e masculino; a terceira corresponde aos tipos de ocupações das mulheres, as quais estão concentradas em atividades com remunerações baixas e que exigem menos qualificação; e por último é o constante aumento da participação feminina na economia informal (Oliveira e Lima, 2023).

**Gráfico 04:** Rendimento médio domiciliar *per capita* no Brasil e na Paraíba com recorte de gênero



(2019 - 2022).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Isto posto, o Gráfico 04 evidencia, diante de um recorte de gênero, o desenvolvimento do rendimento médio domiciliar *per capita* no Brasil e na Paraíba, nos anos de 2019 a 2022. Observa-se a disparidade, ao decorrer dos anos, de até R\$164,00 no rendimento entre os homens e as mulheres do estado da Paraíba.

Rodrigues (2022) salienta que esta discrepância de rendimentos e de recursos entre os gêneros pode derivar do fato de que as mulheres trabalham menos horas remuneradas em comparação ao homem, visto que, “[...] na Paraíba, as mulheres dedicam mais de 20h semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, em contraponto a uma média de 11h do gênero masculino” (Rodrigues, 2022, p. 57). Ademais, Oliveira e Lima (2023) destacam que a

[...] pobreza vista pela ótica de gênero pode ser entendida como um resultado direto da dupla jornada das mulheres: como força de trabalho não remunerado no próprio domicílio. Como resultado, elas acabam lidando com maiores restrições em termos de tempo e mobilidade, e essa realidade faz com que passem a dedicar um menor número de horas a empregos remunerados ou a treinamento/qualificação e educação (Oliveira e Lima, 2023, p. 29).

A característica reprodutiva do gênero feminino no capitalismo atribui à mulher atividades classificadas não produtivas, isto é, que não possuem valor para o capital. Os trabalhos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

domésticos somando aos cuidados dos filhos e idosos das famílias, são atividades que não estão presentes no rendimento da mulher e, conforme apontada por Silva *et al* (2020), ocupava no ano de 2020 cerca de 73% a mais de horas de trabalho para mulheres brasileiras e mais de 80% para as mulheres da região Nordeste.

Desta forma, por consequência desses serviços domiciliares, o rendimento médio da mulher é menor em comparação ao dos homens. Os tipos de ocupações também são afetados, isto porque assumem empregos com menores jornadas de trabalho, empregos instáveis e flexíveis, que resultam em salários baixos e direitos trabalhistas precários. Soares (2023) ressalta que o crescimento do rendimento para as mulheres, no período de 2015 a 2023, na capital João Pessoa foi de 0,53%, enquanto para os homens foi 8,2%, na Paraíba, essa diferença equivale a 9,9% para os homens, enquanto para as mulheres é de 2,79% (Soares, 2023, p. 40).

**Tabela 03:** Diferença percentual do rendimento médio domiciliar *per capita* no Brasil e na Paraíba com recorte de gênero.

Período	2019	2020	2021	2022
Brasil	2,54%	4,59%	5,57%	4,32%
Paraíba	0,64%	5,86%	5,47%	3,70%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Verifica-se na Tabela 2 que as diferenças percentuais do rendimento médio domiciliar entre o gênero masculino e o gênero feminino, no estado da Paraíba, nos anos de 2020 e 2021, foram os mais acentuados, se estabelecendo em 5,86% e 5,47%, respectivamente. É importante pontuar que no ano de 2020 eclodiu a pandemia da COVID-19, vírus respiratório que se espalhou pelo mundo, causando o isolamento necessário da população em suas casas. Este evento causou grande impacto no mundo do trabalho, no qual os empregos e as rendas dos trabalhadores brasileiros foram duramente afetados. No estado da Paraíba, a pandemia, causou “[...] uma perda líquida de empregos [...] nas ocupações formais e milhares de trabalhadores informais precisaram se afastar de suas atividades [...] devido às restrições de mobilidade social” (Rodrigues, 2022, p. 36).

Este evento afetou diretamente o rendimento médio das mulheres no país, além de ocorrer uma maior intensificação do trabalho não remunerado. Apesar da criação do Auxílio Emergencial, em abril de 2020, que frisava, inicialmente, repassar o valor de R\$1200,00 para mães chefes de

famílias, e R\$600,00 para as demais pessoas, cadastradas no Cadastro Único e no Bolsa Família, durante os cinco meses posteriores a deflagração da pandemia, a renda das mulheres brasileiras, em geral, e das mulheres paraibanas, em particular, comparada com o rendimento dos homens possui a maior diferença observada na Tabela 2.

Contudo, como destaca Mendes *et al* (2021) “sem os programas sociais, mulheres pretas ou pardas alcançariam uma taxa de pobreza de 42,4%” (Mendes *et al*, 2021, p. 30). Isso porque a mulher negra resiste à uma dupla opressão, uma pela natureza de ser mulher e outra por ser negra, em uma sociedade machista e racista. Ademais, é evidente que o baixo rendimento feminino acontece pela maior concentração das mulheres na informalidade, no qual a precarização do trabalho e a baixa remuneração se fazem presentes. A desigualdade de gênero, apresenta-se enquanto uma das expressões da questão social e, portanto, requisita efetivação de políticas públicas na dimensão de gênero.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar analisar a desigualdade social no Brasil, ainda mais especificamente na Paraíba, é possível observar importantes disparidades econômicas e regionais, que contribuem para intensificação de outras problemáticas, assim como evidentes desigualdades raciais e de gênero.

Ademais, enfatizamos como o sistema capitalista corrobora para a criação e reprodução de desigualdades, bem como na desproporcional distribuição de rendimento da população, que se dividem em diferentes regiões. Nesse sentido, os dados revelaram como o rendimento médio domiciliar per capita na Paraíba é significativamente menor que a média nacional, o que evidencia ainda mais as disparidades regionais e a resistência da pobreza.

Nesse sentido, a pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, segundo ano do Governo Bolsonaro, foi responsável por intensificar ainda mais a condição de vulnerabilidade dos brasileiros, agudizando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas no país. Nesse período, um considerável crescimento dos beneficiários dos programas de transferência de renda, foi essencial para atenuar os casos de desigualdade social e extrema pobreza, no entanto, os resultados se mostraram ainda agravantes.

Além das desigualdades econômicas, as questões de raça apresentaram respostas advindas de uma herança histórica de completa exclusão e segregação com a população negra,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vivenciando cenários de grande desproporção de rendimento em comparação à população branca. Assim também, a desigualdade de gênero nos mostra uma nítida desconformidade no rendimento de homens e mulheres, que consideramos agravadas ainda mais em resposta a divisão sexual do trabalho e aos exaustivos trabalhos domésticos e não remunerados que incide sobre as mulheres.

Por fim, destacamos a necessidade de políticas públicas, destinadas à redução das desigualdades, especialmente em regiões mais pobres do país, como é o caso do Nordeste, com destaque para a Paraíba. Visando uma sociedade mais equitativa, assim como um desenvolvimento mais equilibrado e proporcional da população.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, N. L. **As condições da (des) igualdade na inserção da mulher no mercado de trabalho no Nordeste**. TCC - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16771>. Acesso em: 30 jun. 202

BRANDÃO, C. R.; MORAES, E. G. A questão regional em debate: breve resgate histórico da gênese e transformação da chamada "questão regional" no Brasil. In: Jornadas Internacionais de Políticas Públicas, São Luís, v. 4, n. 7, p. 1-17, 2024. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7\\_desenvolvimento-regional/a-questao-regional-em-debate-breve-resgate-historico-da-genese-e-transformacao-da-chamada-ques.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7_desenvolvimento-regional/a-questao-regional-em-debate-breve-resgate-historico-da-genese-e-transformacao-da-chamada-ques.pdf). Acesso em: 12 jul. 2024.

FECOP - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. Fortaleza, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. In: **Conferência do Desenvolvimento Nacional**. 2011.

LARA, Ricardo, and Pablo Ramon Diogo. "A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil." *Serviço Social & Sociedade* (2022): 72-90.

MARINS, Mani Tebet et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 02, p. 669-692, 2021.

MENDES, A. C. et al. Análise do Auxílio Emergencial no Brasil. **O Eco da Graduação**, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/115>. Acesso em: 2 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 135-170, 2007.

OLIVEIRA, N. S. M. N; LIMA, J. F. POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2023. DOI: 10.54399/rbgdr.v19i3.5928. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5928>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RODRIGUES, R. L. **Mercado de trabalho, gênero e políticas públicas: um estudo de caso na Paraíba no período 2012/2021**. TCC - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26363>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, R. K. *et al.* OCUPAÇÃO E RENDA DA MULHER NO NORDESTE: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA PNAD 2001 A 2015. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 130–145, 2020. DOI: 10.21680/2316-5235.2019v8n2ID20376. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/20376>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SOARES, Laura Virgínia Ferreira. **Dimensões da desigualdade no mercado de trabalho no estado da Paraíba: uma análise por gênero, ocupações e rendimentos**. 2023.

SOARES, L. V. F. **Dimensões da desigualdade no mercado de trabalho no estado da Paraíba: uma análise por gênero, ocupações e rendimentos**. TCC - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29321>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VIANA, Nildo. Raça e etnia. **Capitalismo e Questão Racial**, p. 11, 2009.

WSCOM. **Paraíba tem quase 60% da população com algum rendimento e mais de 35% dos domicílios recebem Bolsa Família**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://wsc.com.br/paraiba-tem-quase-60-da-populacao-com-algum-rendimento-e-mais-de-35-dos-domicilios-recebem-bolsa-familia/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SILVA, R. F. de C e. (Org.) **Paraíba 2000-2013** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Para%C3%ADba-web.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.